



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**DISCIPLINA: PSICOPATOLOGIA COMPORTAMENTAL**

**DISCENTES: Giulia Mazza de Cruz Lima (1614977), Elysa Barros Carneiro (1615020),  
Maria Isabelle Gomes Ferreira (1614893), Lorena de Oliveira Medina (1614861) e Natan  
Pereira Guerra (1614815)**

Prezado Coordenador de Políticas Públicas de Saúde Mental do Ceará,

Estamos encaminhando, via a presente documentação, pontuações que julgamos serem pertinentes e cabíveis no contexto da Saúde Mental de Crianças e Adolescentes de nosso Estado, tendo em vista a necessidade de lidar com essa demanda cada vez mais urgente em nossa conjuntura hodierna.

A partir dos apontamentos mais modernos em Políticas Públicas Brasileiras, as crianças e adolescentes são sujeitos detentores de subjetividades que estão inseridos em questões existenciais, políticas e sociais e são marcados por elas, de modo que o seu bem-estar, incluindo a saúde mental nesse escopo, são amparados pelo investimento público. Entretanto, nota-se uma precariedade no atendimento desses sujeitos, especialmente na atenção primária.

Nesse sentido, é possível notar o impacto que surge de uma atenção primária precária, uma vez que é a partir dessa instância que são feitos os respectivos encaminhamentos para outras esferas. Na psicologia jurídica podemos mencionar o impacto dos longos processos de guarda e a dificuldade de ressocializar os adolescentes infratores. Nos demais âmbitos, muito impacta a fome e as necessidades básicas como precursores de adoecimento psicológico.

Desse modo, a deficiência primária gera uma superlotação nas demais áreas de atenção, o que dificulta o atendimento apropriado. É válido apontar que essas dificuldades estão relacionadas a uma capacitação adequada dos profissionais envolvidos nesses processos. Por isso, defende-se aqui, um investimento na capacitação dos profissionais para que seja possível uma distribuição apropriada dos sujeitos que necessitam de suporte.